

DOAR – Uma Morte Anunciada

Paulo Roberto Barbosa Lustrosa
Mestrando em Controladoria e Contabilidade – FEA/USP
Assessor da Área de Controladoria do Banco do Brasil S/A (Brasília)

Introdução

A Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, que no Brasil recebeu o acrônimo de DOAR, pode ser extinta com a edição da nova Lei das Sociedades Anônimas, em processo de discussão no Congresso Nacional. O seu lugar, a exemplo do que vem ocorrendo em vários outros países, deverá ser ocupado pela Demonstração de Fluxo de Caixa - DFC.

Em vigor desde 1978, quando do início efetivo da Lei no.6.404/76, a DOAR sempre foi uma peça informativa pouco entendida, até mesmo pelos contadores (Santos, 1991, p.1247), e é vista mais como um relatório para atender fins legais do que pelo seu potencial de utilidade, que acaso possa ter os usuários das demonstrações contábeis.

O objetivo deste artigo é entender, a partir de uma análise histórica da DOAR, no mundo, as razões da extinção dessa demonstração, que já foi, inclusive, capa de livro em seus momentos de glória (Zeff e Keller, 1973), mas hoje agoniza nos poucos países em que ainda vigora. Alguns pesquisadores apontam superioridade informativa na DOAR em relação à DFC (Martins, 1990, p.15), apesar de reconhecerem que esta seja de muito mais fácil compreensão pelo usuário externo que aquela, o que justificaria a sua substituição. Adicionalmente, será feita uma análise conceitual da DOAR e mostrados alguns pontos da DFC podem induzir os usuários externos a erros em decisões.

UM POUCO DE HISTÓRIA ATIVO E PASSIVO CIRCULANTE (ou Corrente)

A DOAR (será vista em maiores detalhes na seção seguinte) mostra as variações do capital circulante líquido, em um determinado período, a partir da análise das origens e aplicações de recursos circulantes não circulantes desse período. É, portanto, uma análise dinâmica, um fluxo, contrapondo-se à idéia de capital circulante líquido em um momento qualquer, um conceito estático. Representa um significativo avanço em relação ao conceito estático de margem financeira, ou **working capital**, como é chamado países de língua inglesa, em um momento qualquer. Trata-se de um tratamento dinâmico da folga financeira de curto prazo, definida como a diferença entre o ativo circulante passivo circulante. As definições de capital circulante líquido, também chamado de capital corrente e de capital de giro líquido surgiram no início do século, quando até mesmo os conceitos de ativo, passivo e lucro não eram claramente entendidos.

Decisões da corte britânica¹ sobre a legalização dos dividendos levaram os contadores a estabelecer uma distinção conceitual entre capital fixo e circulante. Inicialmente² “capital fixo foi definido como o dinheiro empatado, de uma vez por todas, na compra circulante se referia a aquisição de bens para giro, estoques, por exemplo, que são desfeitos e repostos por outros no curso normal dos negócios da empresa”.

Estas definições (McCullers e Schoroeder, 1982, p. 202) produziram divergências entre os contadores, os quais foram impelidos a investigar e fundamentar melhor a substância dos vários ativo. Valeram-se, para tanto, de um método contábil que dividia o balanço horizontalmente em dois blocos: o superior continha todos os demais ativos, os passivos de longo prazo, a conta de capital e uma figura de equilíbrio, representada pela diferença entre este (capital) e aqueles; o bloco inferior continha todos os demais ativos, os passivos correntes e a figura de equilíbrio do bloco superior. Era a época em que a noção de liquidez nascia, e passava a constituir-se em uma base para a classificação dos ativos. Apesar das críticas de alguns, de que o foco na solvência de curto prazo estaria em conflito com a empresa em continuidade, esta visão ganhava mais e mais aceitação, não somente entre os contadores como entre os usuários externos das demonstrações contábeis. Paton incorporou a questão da solvência na sua definição de ativos correntes e não correntes, e estabeleceu, adicionalmente, que deveria ser considerado o tempo de vida, a taxa de uso e a forma de consumo do ativo:

(...) ativos fixos continuarão na empresa por dois ou mais períodos, enquanto que ativos correntes serão utilizados mais rapidamente; ativos fixos são descarregados como despesa ao longo do tempo, o que não acontece com os ativos corrente; e ativos fixos são utilizados na geração de serviços, enquanto que os ativos correntes são consumidos (Paton, 1941, p.9)³.

A estruturação do balanço em recursos correntes e não correntes teve, como foco inicial, atender, primariamente, às necessidades dos credores, o que explica o papel secundário que a Demonstração de Resultados ocupava junto aos usuários da informação contábil até o final da década de 20 deste século. O *crash* de 1929 obrigou os órgãos americanos normatizadores da prática contábil a estabelecer uma série de procedimentos que nitidamente deslocavam o foco de proteção, do credor para o investidor. Especificamente, com respeito ao Capital Circulante, em 1936, o *American Institute of Certified Public Accountants -AICPA* emitiu um parecer em que dispunha:

(...) como regra, os credores se interessam mais pela liquidez do negócio, pela natureza e consistência do seu capital de giro; como conseqüência, detalhes de ativos e passivos circulantes são, para eles, de importância relativamente maior que detalhes de ativos e passivos de longa duração. O credor também se interessa pelos resultados da empresa, porque a capacidade de esta pagar os seus empréstimos depende dos seus lucros. Do ponto de vista do investidor, normalmente, se reconhece que a capacidade de gerar lucro é de vital importância para a empresa e, assim, a Demonstração de Resultados é tão importante como o Balanço⁴.

¹ A base desta seção é a obra de McCullers e Schoeder, de 1982, reproduzida na bibliografia.

² Conforme Huizingh, William, citado por McCullers e Schoeder, 1967.

³ Originalmente, esta definição de Paton foi publicada em seu livro: *Accounting Theory* (New York: Ronald Press, 1922), que está reproduzida com pequenas modificações, na obra indicada, de 1941.

⁴ Citado por McCullers e Schoeder, sobre exames de demonstrações contábeis pelos contadores públicos independentes (New York: Instituto Americano dos Contadores Públicos Certificados, 1936)p.4.

REGRA DE UM CICLO OPERACIONAL

A idéia de capital circulante como base de liquidez e também a chamada regra de um ano para o ponto de corte circulante x não circulante estavam consolidadas em 1940. Contudo, havia uma demanda por uma maior clarificação conceitual sobre os elementos que integram o grupamento do circulante. Quais contas considerar? Aquelas cuja conversão em caixa seja certa, ou também as que possam vir a ser convertidas? Por exemplo, incluía-se estoques com *turn-over* maior que um ano, a partir da data do balanço, no circulante, enquanto excluía-se contas a receber de prazo superior a um ano. No dizer de Herrick (1944, p.48), “não existe lógica em se adotar uma prática que pode levar a diferenças substanciais de volume líquido de ativo circulante bastando que o balanço seja preparado poucos dias antes ou depois da data corrente”. O próprio Herrick propôs, o conceito de *ciclo operacional* como base de classificação, centrando-se mais na substância econômica do ativo que na visão capital fixo x circulante. Em 1947, o AICPA, órgão que editava as normas contábeis americanas até a criação do *Financial Accounting Standard Board - FASB*, em 1973, emitiu a primeira opinião formal em que as empresas deveriam se referenciar, conforme consta no *Accounting Research Bulletin - ARB 30*:

(...) ativos correntes são caixa ou outros ativos comumente identificados como razoavelmente esperados de serem convertidos em caixa, ou que sejam vendidos ou consumidos durante o ciclo normal de operações do negócio. Passivos correntes são empréstimos e obrigações cuja liquidação, com os ativos correntes ou com a criação de outros passivos correntes, seja razoavelmente esperada.

O ciclo operacional foi definido como “o tempo médio decorrido entre a aquisição de materiais ou serviços, sua transformação em outros produtos e serviços, e a realização final em caixa”.

Também se manteve o prazo mínimo de um ano para ciclos operacionais de duração inferior. Esta definição foi modificada levemente no *Accounting Research Bulletin - ARB 43*, Capítulo 3A, em que são especificados os elementos que compõem o ativo e passivo circulante, e mostrado o funcionamento do ciclo operacional:

(...) as operações normais de um negócio envolvem a circulação do capital dentro do grupo de ativo circulante. Caixa é gasto para adquirir matéria-prima, peças, suprimentos, pagar mão-de-obra e outros serviços, e tais gastos são acumulados nos estoques dos produtos fabricados. Nas vendas, os custos vinculados aos produtos são convertidos em contas a receber e, novamente, em caixa. O tempo médio entre o início e o fim deste processo é o que se denomina ciclo operacional.

O Capital Circulante Líquido (ou *Working Capital*) foi definido, de acordo com o *ARB 43*, como “a folga financeira para o pagamento das obrigações, dentro do ciclo operacional do negócio”.

Este é o entendimento que permanece até hoje, com pequenas modificações de forma, mas não de substância, nas normas atuais de todo o mundo (o *FASB*, que incorporou o *ARB 43*, Capítulo 3A, sem modificá-lo; o *International Accounting Standard - IAS 13*, do *International Accounting Standard Committee - IASC*; e no Brasil, o Art. 179, inciso 1, Parágrafo Único da Lei nº 6.404/76, e Pronunciamento I do Instituto Brasileiro dos Contadores - IBRACON).

A DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NA POSIÇÃO FINANCEIRA

Como afirmado, a diferença entre ativo e passivo circulante, ou Capital Circulante Líquido, em um instante qualquer, é um conceito estático, que indica a posição financeira tendo o capital circulante como cia de fundos. É utilizado como medida de liquidez para aferir a situação de solvência da empresa. Uma consequência natural para refinar o poder informativo desse conceito é demonstrar o fluxo de entradas e tempo, que produziu a variação dessa posição financeira entre dois momentos estáticos. Nasceu daí a Demonstração das Alterações na Posição Financeira, no –Brasil, conhecida como Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR). A DOAR trata de demonstrar um fluxo, cujo fundo seja o valor agregado dos elementos que compõem o ativo e passivo c (somatório das disponibilidades, créditos, estoques, despesas antecipadas menos somatório do circulante: fornecedores, empréstimos e encargos de curto prazo, contas a pagar etc). Talvez aí resida motivo da extinção dessa demonstração: a abstração do que ele representa. Ativo e passivo circulante são concretos, mas a diferença entre ambos é abstrata, pois não se pode fazer uma vinculação direta entre as fontes de curto prazo (passivo circulante) e os investimentos de curto prazo (ativo circulante).

A Demonstração das Alterações na Posição Financeira já nasceu, nos Estados Unidos, em meio a várias críticas conceituais e práticas quanto ao significado dos seus elementos. Por exemplo, carências lógicas quanto à classificação de ativos em Circulante e Não Circulante foram apontadas por Fess (1966, p. 266-270) e mais contundente, por Heath (1980, p. 55-62).

A pesquisa conduzida por Beaver, com 158 empresas americanas (Beaver, 1968, p. 113-122), concluiu que indicadores de solvência baseados em conceito restrito de fundos (caixa), são muito mais eficazes para prever falência de empresas, com até cinco anos de antecedência, que os mesmos indicadores tomados em relação ao conceito amplo de fundos (capital circulante líquido). Apesar disso; as empresas americanas passaram a ser obrigadas (algumas já o espontaneamente) a publicar a Demonstração das Alterações na Posição Financeira de forma ampla juntamente com as suas demais demonstrações contábeis (*Accounting Principie Board - APB Opinion 19, editado em 1971*). Esta determinação vigorou até novembro/87, quando foi instituída a DFC pelo FASB (SFAC 95).

O Reino Unido aprovou, em 1975, o seu *Statement of Source and Application of Funds* –SSAP 10, substituído pelo *Financial Reporting Standard – FRS 1, Cash Flow Statements*, em 1991. O Comitê de Normas Contábeis Internacionais (IASB) aprovou, em julho de 1977, o seu *Statement of Changes in Financial Position, IAS 7*, que veio a ser substituído pelo *Cash Flow Statements*, em 1992, vigente a partir de janeiro/94. Enfim, todo o mundo, a partir da publicação da APB Opinion 19, em 1971, exigiu (ou recomendou, caso da França, Alemanha) que as empresas publicassem a demonstração de alterações nas suas posições financeiras, no sentido amplo de fundos (capital circulante líquido).

Segundo Glautier e Underdown, na Inglaterra havia uma grande insatisfação com respeito ao *Statements of Source and Application of Funds -SSAP 10* (a DOAR do Reino Unido, introduzida em 1975). Escreveram os autores:

(...) o SSAP 10 era criticado por sua flexibilidade. As empresas elaboravam as suas demonstrações de diferentes maneiras, e em razão de o significado de fundos não ter ficado claro, isto provocou variações na

maneira em que as companhias interpretavam a norma. O resultado era a perda de comparabilidade. Além do mais, a mensagem que a demonstração trazia era ambígua. Um aumento de fundos (associado a Capital Circulante Líquido) é bom? Depende. Se for um aumento no caixa, talvez seja, mas se for em estoques e contas a receber que estejam com controle ineficientes, então será ruim. (Glautier e Underdown, 1994, p.24I).

A DOAR NO BRASIL

O Art. 176 da Lei nº 6.404, de 15/12/76 determina, “Ao fim de cada exercício social, a diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no período, (...) IV - demonstração das origens e aplicações de recursos”.

No parágrafo 6º do mesmo artigo, ressalva: “a companhia fechada com patrimônio líquido, na data do balanço, não superior ao valor nominal de 20.000 (vinte mil) Obrigações do Tesouro Nacional, não será obrigada à elaboração e publicação da demonstração das origens e aplicações de recursos.

E no artigo 188 detalha: “a demonstração das origens e aplicações de recursos indicará as modificações na posição financeira da companhia, discriminando:

1. as origens de recursos, agrupadas em:

A. lucro do exercício, acrescido de depreciação, amortização ou exaustão e ajustado pela variação nos resultados de exercícios futuros;

B. realização do capital social e contribuições para reservas de capital;

C. recursos de terceiros, originários do aumento do passivo exigível a longo prazo, da redução do ativo realizável a longo prazo e da alienação de investimentos e direitos do ativo imobilizado;

II. as aplicações de recursos, agrupadas em:

A. dividendos distribuídos;

B. aquisição de direitos do ativo imobilizado;

C. aumento do ativo realizável a longo prazo, dos investimentos e do ativo diferido;

D. redução do passivo exigível a longo prazo;

III. o excesso ou insuficiência das origens de recursos em relação às aplicações, representando aumento ou redução do capital circulante líquido;

IV. os saldos no início e no fim do exercício, do ativo e passivo circulantes, o montante do capital circulante líquido e o seu aumento ou redução durante o exercício”.

Conforme Santos⁵, a Lei nº 6.404 representou um significativo avanço para a contabilidade brasileira em muitos pontos. Quanto à DOAR, todavia, a lei peca por omitir aspectos importantes, como o tratamento a ser dado à Correção Monetária nas Origens das Operações⁶. Adicionalmente, o detalhamento de aspectos técnicos

⁵ SANTOS, Arioaldo dos. Anotações de sala-de-aula, curso Mestrado em Contabilidade e Controladoria, Universidade de São Paulo, 1 semestre/97.

⁶ Este assunto é explicado e demonstrado no capítulo 5, do livro: Administração Financeira: as finanças das empresas sob condições inflacionárias, de autoria de Martins e Assaf. São Paulo: Atlas, 1985.

da demonstração no próprio instrumento legal dificulta futuros aprimoramentos formais e conceituais necessários, pois eventuais alterações demandariam a necessidade de se modificar a lei.

A DOAR começou a ser utilizada de fato, no Brasil, no início de 1978, quando a Lei nº 6.404/76 começou a vigorar. É época em que já estava em declínio a importância que se dava a essa demonstração nos Estados Unidos, principalmente, em razão de várias pesquisas empíricas conduzirem à necessidade de um outro demonstrativo de fundos, em conceito de fundos fosse restrito às disponibilidades (caixa e equivalentes-caixa). É que a partir de 1976, a *Securities Exchange Commission* - SEC, órgão responsável por regular as relações das empresas com mercado de valores (espécie de “Comissão de Valores Mobiliários - CVM” americana), passou a exigir das companhias que negociavam suas ações em bolsas, a apresentação quadrimestral, em meio magnético, de todas as suas demonstrações contábeis aquele órgão (antes apenas a DRE era exigida). Como consequência, um formidável banco de dados, denominado COMPUSTAT II, passou a ser acumulado, facilitando as pesquisas empíricas sobre relacionamentos entre as demonstrações contábeis e o preço que o mercado atribuía às respectivas ações das empresas. Centenas de pesquisas (Charitou e Ketz, 1991, p.51 -64 – para o mercado de capitais americano; e Arnold, et al., 1991, p.13-19 - para o mercado de capitais inglês) confirmaram fortes regressões entre DFC e preços de ações.

Séries históricas de fluxos de caixa passado, mostradas na DFC, podem ajudar na predição de fluxos de caixa futuro, pois o mercado precifica a empresa com base na expectativa dos seus fluxos futuros de caixa, descontados a valor presente e ajustados por um fator de risco (análise aprofundada da importância da DFC é feita por Hendriksen e Van Breda 1992, p. 265-307). Acrescente-se que foram analisados da períodos anteriores à vigência da DFC, mas pode-se chegar indiretamente a esta pelas demais demonstrações, bastando observar que:

$C = LL - TA$; ou que $C = CCL - AC$, onde:

C = Caixa das Operações;

LL = Lucro Líquido (apurado na DRE);

TA = Total das Alocações (Alocações Correntes e não Correntes, isto é, os lançamentos que afetam o mas que não tem efeito caixa no período considerado);

CCL = Capital Circulante Líquido;

AC = Alocações Correntes (movimentação das contas do circulante que não tem efeito caixa no período considerado).

Já no início da década de 80 o FASB e o IASC iniciaram estudos para introduzir a Demonstração de Fluxos de Caixa, em substituição à DOAR, nos demonstrativos contábeis. No entanto, foi o Canadá primeiro país a oficializar essa substituição, em setembro de 1985.

Conclui-se, pois, como um erro de avaliação a introdução da **DOAR** pelos países que a adotaram a partir do final da década de 70 (caso do Brasil), quando estava em pleno processo de questionamento, sustentado em pesquisas empíricas, a utilidade desse demonstrativo para o usuário externo. Todavia, defender-se-a, na seção seguinte, a utilização conjunta da DOAR, com pequenas modificações, e da DFC, em um entendimento de que as duas demonstrações se complementam mutuamente.

ANÁLISE CONCEITUAL DA DOARANÁLISE ESTÁTICA

| ATIVO | PASSIVO + REF |
|-------|---------------|
| AC | PC |
| CCL - | |
| RPL | ELP + REF |
| AP | PL |

Por definição, $CCL = AC - PC$ (1)

Pelo diagrama, tem-se:

$$AC + RPL + AP = PC + ELP + REF + PL \quad (2)$$

Rearrurados os termos, vem:

$$AC - PC = (ELP + REF + PL) - (RPL - AP) \quad (3)$$

Substituindo (1) no primeiro membro de (3):

$$CCL = (ELP + REF + PL) - (RPL - AP) \quad (4)$$

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

RPL = Realizável a Longo Prazo

AP = Ativo Permanente

ELP = Exigível a Longo Prazo

REF = Resultado de Exercícios Futuros

PL = Patrimônio Líquido

Observa-se que o membro esquerdo da equação (4) se refere a recursos e aplicações correntes (circulantes), enquanto que o membro da direita a recursos e aplicações não correntes (duradouros).

Conseqüentemente, conclui-se que estaticamente um CCL positivo (folga financeira, ou liquidez corrente “maior do que 1”) representa o excesso de recursos não correntes sobre as aplicações não correntes; e um CCL negativo (liquidez corrente “menor do que 1”) denota excesso de aplicações não correntes sobre recursos não correntes, e neste caso haveria o consumo de recursos circulantes para financiar aplicações não circulantes. Pelo diagrama anterior (parte hachurada), é bastante simples perceber a correlação recursos correntes (circulantes) *versus* recursos não correntes (duradouros).

ANÁLISE DINÂMICA

Dinamicamente, a variação de CCL em um período qualquer é a quantidade de capital de giro líquido que é gerado (ou consumido) após os investimentos de longo prazo. Considerando dois balanços publicados nos instantes **X1** e **X2**, tem-se

$$\bullet \text{CCL } x1 \rightarrow x2 = \text{CCL } x2 - \text{CCL } x1 \quad (5)$$

$$\text{Mas, } \text{CCL } x2 = \text{AC } x2 - \text{PC } x2; \text{ e } \text{CCL } x1 = \text{AC } x1 - \text{PC } x1 \quad (6)$$

Substituindo (6) em (5):

$$\bullet \text{CCL } x1 \rightarrow x2 = \text{AC } x2 - \text{PC } x2 - (\text{AC } x1 - \text{PC } x1) = (\text{AC } x2 - \text{AC } x1) - (\text{PC } x2 - \text{PC } x1) \quad (7)$$

E finalmente, $\text{AC } x2 - \text{AC } x1 = \bullet \text{AC } x1 \rightarrow x2 = \bullet \text{CCL } x1 \rightarrow x2 + (\text{PC } x2 - \text{PC } x1)$ isto é,

$$\bullet \text{AC } x1 \rightarrow x2 = \bullet \text{CCL } x1 \rightarrow x2 + \bullet \text{PC } x1 \rightarrow x2 \quad (8)$$

A equação (8) permite uma conclusão interessante. Se se acrescentar à variação do capital circulante entre dois momentos, $\bullet \text{CCL } x1 \rightarrow x2$, a correspondente diferença entre os passivos circulantes desses dois instantes, $\bullet \text{PC } x1 \rightarrow x2$, será obtido o acréscimo (ou o decréscimo) líquido do ativo circulante, $\bullet \text{AC } x1 \rightarrow x2$, durante esse período. E, como visto, a variação do capital circulante líquido é encontrada, de forma indireta, pela diferença entre os recursos (origens) não correntes sobre as aplicações não correntes. Desta forma, propõe-se que a DOAR seja complementada com a Demonstração das Mutações Internas do CCL (DMICCL)⁷, como forma de melhor evidenciar a composição do acréscimo ou decréscimo do CCL para fins de análise gerencial.

Em caso de aumento de CCL (situação ideal) sobras de recursos de longo prazo são internalizados no capital de giro; o contrário, redução do CCL (não recomendável), recursos de curto prazo (circulantes) socorrem as aplicações de longo prazo.

⁷ Verifica-se que esta proposta foi sugerida no Caderno de Temática Contábil e Balanços do IOB, Boletim 30/89, 2º sem/89, em artigo de título “Entendendo a ligação entre resultado, a DOAR e o fluxo de caixa”, de autoria do prof. Eliseu Martins.

No entender do autor, esta forma de ciar as fontes e usos de recursos torna esta demonstração extremamente rica para fins gerenciais, e complementa a DFC. O objetivo primário da Contabilidade é ajudar, através dos seus demonstrativos, os usuários a estabelecerem predições dos fluxos futuros de caixa da empresa. Decisões dos gestores da empresa, de acionistas novos ou antigos, e de credores sempre levam em consideração as melhores taxas de retorno para cada unidade de dinheiro investida e, neste sentido a importância de qualquer demonstração financeira deve ser sempre balizada pela sua capacidade de auxiliar os seus usuários a projetarem o caixa futuro que a empresa será capaz de gerar. Entende-se que a DOAR e a DFC, juntamente com as outras principais demonstrações (Balanço e Demonstração de Resultados) colaboram com o cumprimento deste objetivo são relatórios excludentes.

No momento em que se discute a substituição da DOAR pela DFC, é importante que não se siga “cegamente” a tendência mundial. Antes, devem ser aprofundados estudos que justifiquem ou rejeitem a utilização conjunta dos dois relatórios. A França, por exemplo, recomenda a publicação dos dois.

A seguir, virão dois exemplos⁸ apresentados com a complementação da DOAR proposta. No primeiro com variação (CCL) negativa, e no segundo positiva. Em cada um dos exemplos será feita uma breve análise.

Verifica-se que esta proposta foi sugerida no *Caderno de Temática Contábil e Balanços do IOS*, Boletim 30189, 2o. serri/89, em artigo de título “Entendendo a ligação entre o reati DOAR e o fluxo de caixa”, de autoria do prof. Eliseu Marfins.

Os exemplos numéricos, foram extraídos das anotações de sala-de-aula da disciplina “Contabilidade Intermediária”, ministrada pelo prof. Arioaldo dos Santos, no Curso de Ora em Ciências Contábeis da FEAIUSP; 1 .sem.97.

| 1) Variação CCL Negativa | | | | |
|--------------------------|----------------|----------------|------------------------|---------------------|
| | <u>19X1</u> | <u>19X2</u> | <u>DRE X2</u> | |
| Circulante | 2.000 | 2.150 | Vendas | 5.000 |
| Caixa | 200 | 450 | (-) Impostos | <u>(900)</u> |
| Clientes | 1.000 | 600 | Vendas Líquidas | 4.100 |
| Mercadorias | 800 | 1.100 | (-) CVM | (3.000) |
| Investimentos | 600 | 800 | Lucro Bruto | 1.100 |
| Imobilizado | 3.000 | 5.000 | Desp. Salários | (500) |
| (-)Depr.Acumulada | <u>(1.300)</u> | <u>(2.400)</u> | Diversas | (700) |
| Total do Ativo | 4.300 | 5.550 | Depreciação | (800) |
| Circulante | <u>1.700</u> | <u>2.350</u> | Desp. Eq. Patrimonial | (100) |
| Fornecedores | 600 | 900 | Corr. Mon. BalançosCMB | <u>300</u> |
| Empres. Bancários | 400 | 300 | Lucro AIR / CS | <u>(700)</u> |
| Outras Ctas. Pagar | 700 | 1.150 | | |
| Capital + Corr. Mon. | 1.600 | 3.000 | | |

⁸ Os exemplos numéricos, foram extraídos das anotações de sala-de-aula da disciplina “Contabilidade Intermediária”, ministrada pelo prof. Arioaldo dos Santos, no Curso de Graduação em Ciências Contábeis da FEA/USP; 1.sem.97.

| | | |
|------------------------------|---------------------|---------------------|
| Lucros Acumulados | <u>1.000</u> | <u>200</u> |
| Total do Passivo + PL | <u>4.300</u> | <u>5.550</u> |

Outras informações p/elaboração da DOAR:

a) novos empréstimos de curto prazo:.....250

b) despesas financeiras de curto prazo:.....120

c) CM do Balanço:

| | |
|---------------------------------|-------|
| .Investimentos: | 120 |
| .Imobilizado: | 1.030 |
| - Depreciação Acumulada: | 300 |
| - Capital + Correção Monetária: | 350 |
| - Lucros Acumulados: | 200 |

A DOAR⁹ deste exemplo hipotético ficaria:

| <u>ORIGENS</u> | | <u>APLICAÇÕES</u> | |
|--------------------------|--------------|-----------------------------|--------------|
| Dos Acionistas | | Nas Operações | 100 |
| Aumento de Capital | 1.050 | Distr. de Dividendos | 300 |
| Redução de CCL | <u>500</u> | Novos Investimentos | 180 |
| | | Aquisição de Imobilizado | <u>970</u> |
| Total das Origens | 1.550 | Total das Aplicações | 1.550 |

| Demonstração das Mutações Internas do CCL (DMICCL) | |
|--|--------------|
| Origens | |
| Aumento do Passivo Circulante | <u>750</u> |
| Aumento dos Fornecedores | 300 |
| Aumento nas outras contas a pagar | 450 |
| Redução do Ativo Circulante | <u>400</u> |
| Redução nos Clientes | 400 |
| Total Origens Curto Prazo | 1.150 |
| Aplicações | |
| Redução do Passivo Circulante | <u>100</u> |
| Redução nos Empréstimos Bancários | 100 |

⁹ O método para elaboração da DOAR não é demonstrado, porque não faz parte dos objetivos do artigo.

| | |
|------------------------------|--------------|
| Aumento do Ativo Circulante | <u>550</u> |
| Aumento no Caixa | 250 |
| Aumento nas Mercadorias | 300 |
| Aplicações no Não Circulante | 500 |
| Total Aplicações | 1.150 |

Como visto,

$$\bullet AC x1 \rightarrow x2 = \bullet CCL x1 \rightarrow x2 + \bullet PC x1 \rightarrow x2 = (500) + (2.350 - 1.700) = 150$$

Observe que houve uma redução do CCL, de \$500, e neste caso, como já comentado, não se trata de uma origem de longo prazo, como normalmente se entende a DOAR. Trata-se, nessas circunstâncias, de recursos de curto prazo que estão socorrendo as aplicações de longo prazo. E esses \$ 500 de redução do CCL não pode ser entendidos simplesmente pela diferença entre o acréscimo do passivo de curto prazo confrontado com o ativo de curto prazo. Tanto no ativo como no passivo circulante há elementos que são origens e aplicações.

Assim, a variação do Passivo Circulante (\$650) não deve ser tomada, na sua totalidade, como uma origem; nem a variação do Ativo Circulante (\$ 150) como uma aplicação. Quando se detalha as fontes e usos de curto prazo (DMICCL), percebe-se que há elementos do ativo circulante que diminuiram, e portanto são origens, e elementos do passivo circulante que também diminuiram, sendo aplicações. E a variação do contemplar diferenças entre elementos do ativo e passivo circulantes que não se relacionam diretamente entre si, torna-se abstrata. Esta é uma das principais que se faz a DOAR.

Examinando a Demonstração de Fluxo de Caixa do exemplo anterior, que será vista adiante em detalhe, constata-se que das aplicações de longo prazo apenas os \$180 de novos investimentos não representaram saída de caixa. Então, da redução de \$500 do CCL aplicados no longo prazo, \$ 320 foram desembolsados em dinheiro, que vem dos \$ 400 recebidos dos clientes, e os outros \$ 180 das demais origens de curto prazo.

| 2) Variação CCL Positiva | | | |
|--------------------------|----------------|----------------|----------------------|
| | <u>19X0</u> | <u>19X1</u> | <u>DRE X1</u> |
| Circulante | | | Vendas |
| Caixa | 200 | 1.700 | (-) CMV |
| Bancos | 500 | 2.400 | Lucro Bruto |
| Clientes | 2.000 | 1.800 | Desp. Depreciação |
| (-) Dupl. Descontadas | (700) | (1.100) | Desp. Diversas |
| Mercadorias | 800 | 1.500 | Corr. Mon. Balanços |
| Imobilizado | 3.000 | 5.000 | Lucro AIR |
| (-) Depre. Acumulada | <u>(1.000)</u> | <u>(1.320)</u> | Provisão IR |
| Total do Ativo | 4.800 | 9.980 | Lucro Líquido |

| | | |
|------------------------------|---------------------|---------------------|
| Circulante | | |
| Fornecedores | 500 | 1.400 |
| IR a pagar | 300 | 700 |
| Capital + Corr. Mon. | 3.200 | 4.000 |
| Lucros Acumulados | <u>800</u> | <u>3.880</u> |
| Total do Passivo + PL | <u>4.800</u> | <u>9.980</u> |

Outras informações p/elaboração da DOAR:

| | |
|--------------------------------------|-----|
| a) Correção Monetária | |
| - Imobilizado..... | 400 |
| - Depreciação Acumulada:..... | 120 |
| - Capital + Correção Monetária:..... | 320 |
| - Lucros Acumulados..... | 80 |
| b) Fornecedores: | |
| - Aquisição de Mercadorias:..... | 800 |
| - Aquisição de Imobilizado:..... | 600 |

| Origens | | Aplicações | |
|--------------------------|---------------------|-----------------------------|---------------------|
| Operações | 3.320 | Aquisição de Imobilizado | 1.600 |
| Acionistas | | Aumento do CCL | <u>2.200</u> |
| Aumento de Capital | <u>480</u> | | |
| Total das Origens | <u>3.800</u> | Total das Aplicações | <u>3.800</u> |

| | | |
|------------------------------------|--------------|-------|
| Demonstração das Mutações Internas | | |
| Do CCL (DMICCL) | | |
| Origens | | % |
| Aumento do CCL | <u>2.200</u> | 53.66 |
| Aumento do Passivo Circulante | <u>1.300</u> | 31.71 |
| Aumento dos Fornecedores | 900 | |
| Aumento do IR a pagar | 400 | |
| Redução do Ativo Circulante | <u>600</u> | 14.63 |
| Redução nos Clientes | 600 | |
| Total Origens curto prazo + | | |

| | | |
|-----------------------------|--------------|---------------|
| Aumento do CCL | 4.100 | 100.00 |
| Aplicações | | |
| Aumento do Ativo Circulante | <u>4.100</u> | |
| Aumento no caixa | 1.500 | 36.59 |
| Aumento nos Bancos | 1.900 | 46.34 |
| Aumento nas Mercadorias | 700 | 17.07 |
| Total Aplicações | 4.100 | 100.00 |

Análise:

A variação do Ativo Circulante entre X0 e X1, $\bullet AC_{x0 \rightarrow x1}$, será:

$$\bullet AC_{x0 \rightarrow x1} = \bullet CCL_{x0 \rightarrow x1} + \bullet PC_{x0 \rightarrow x1} \Rightarrow \bullet AC_{x0 \rightarrow x1} = 2.200 + 1.300 = \underline{3.500}$$

Esta variação compreende o aumento de \$4.100 no lado das aplicações e a redução de \$600 no lado das origens, conforme detalhado abaixo, na Demonstração das Mutações Internas do CCL (DMICCL). Observa-se que quase 54% das fontes circulantes provêm de recursos duradouros (aumento do CCL), sendo que esta performance foi fundamentalmente motivada pelo desempenho das próprias operações, já que a contribuição dos acionistas, via aumento de capital, foi proporcionalmente bem menor (vide DOAR). Por outro lado, dos outros 46% aproximados das fontes de curto prazo, quase 15% derivam da redução do financiamento de clientes, por conta de alguma política específica da empresa.

Nas aplicações de curto prazo a empresa não está gerindo bem o seu capital de giro, pois concentrou quase 83% dos seus investimentos em disponibilidades (36,59% em caixa e 46,34% em bancos), destinando os outros 17% para aumentar os seus estoques. Muitas outras análises, através de séries históricas de indicadores, poderiam ser feitas, principalmente quando se conjuga a DRE, o Balanço, a DOAR e a DFC.

A DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

Não faz parte do objetivo deste ensaio fazer análise da DFC. Caixa é a substância vital de uma empresa de negócios, e a demonstração do seu fluxo ajuda a mostrar como esta empresa funciona (Glautier e Underdown, 1994, p.240). No fundo, como já ressaltado, o investidor e o credor estão interessados em estimar o caixa futuro que a empresa é capaz de produzir. Esta tarefa, extremamente complexa dado o número de variáveis aleatórias envolvidas e de incerteza presente em qualquer avaliação que se faça sobre o futuro, é facilitada pela quantidade e qualidade das informações disponíveis. Maior quantidade de informações, menor o nível de incertezas ao se apostar em um negócio.

Não existem dúvidas quanto à importância da DFC neste contexto, assim como também é significativa a relevância e utilidade da DOAR para esse mesmo objetivo. Contudo, há que se confrontar o custo para produzir a

DOAR com os seus benefícios gerados, antes de se decidir pela necessidade da adoção das duas demonstrações.

Abaixo segue a DFC, apurada pelo Método Direto, do último exemplo (variação CCL positiva):

| | | |
|-----------------------------------|------------|----------------|
| Atividade Operacional | | |
| Recebimento de Clientes | 15.200 | |
| Pagamento de fornecedores | (9.400) | |
| Pagamento de impostos | (580) | |
| Pagamento de despesas diversas | (1.700) | |
| Aumento de duplicatas descontadas | <u>400</u> | <u>3.920</u> |
| Atividade de Financiamento | | |
| Aumento de capital | | <u>480</u> |
| Atividade de Investimento | | |
| Aquisição de Imobilizado | | <u>(1.000)</u> |
| Acréscimo Líquido de Caixa | | <u>3.400</u> |

Observa-se que o caixa gerado pelas operações, \$ 3.920, é superior aos recursos circulantes gerados pelas operações vistos na DOAR, \$ 3.320. Isto significa que houve entrada líquida de caixa oriundo das atividades operacionais do circulante de \$600. De fato:

Análise:

| | | |
|----------------------------------|----------------|----------|
| Origem das Operações (DOAR) | \$ 3.320 | |
| (+) Redução nos Clientes | \$ 600 | |
| (-) Aumento nas Mercadorias | | \$ (700) |
| (+) Aumento nos Fornecedores | | \$ 300 |
| (+) Aumento no IR a Pagar | \$ <u>400</u> | |
| (=) Caixa gerado pelas Operações | <u>\$3.920</u> | |

A reconciliação acima é a forma que se utiliza para apurar o caixa gerado pelas atividades operacionais pelo método indireto. Este método não é recomendável, embora aceito, nos principais países onde a Demonstração de Fluxo de Caixa é exigida. Tanto o FASB quanto o IASC recomendam a utiliza método direto, conforme mostrado anteriormente; pesquisas confirmam que as empresas preferem elaborar o fluxo de caixa das operações pelo método indireto, provavelmente em razão do costume anterior a DOAR e também de se exigir a reconciliação do lucro com o caixa das operações, caso utilizado o método direto. Há países que sequer aceitam o método indireto, caso da Austrália e Nova Zelândia, por exemplo. O método indireto faz a ligação entre o lucro líquido e o caixa, através de ajustes nos lançamentos que não sensibilizaram o caixa do período. O argumento mais comum para o desencorajamento do seu uso é que ele confunde o usuário, pois este tem dificuldades de

perceber, por exemplo, porque o aumento nos Fornecedores e IR a Pagar, exposto no exemplo, representa entrada de caixa.

A DOAR se diferencia da DFC fundamentalmente nas atividades operacionais, já que as demais fontes de longo prazo (empréstimos e aumento de capital), normalmente, são em dinheiro e compõem ambas as demonstrações. Nas operações, contudo, a DOAR mostra as variações de todo o circulante, enquanto que a DFC se atém disponibilidades. Assim, aquela contém esta; por isso muitos afirmarem a sua superioridade. Por outro lado, os defensores da DFC alegam que a DOAR leva a conclusões equivocadas como instrumento de avaliação de solvência e liquidez das empresas, pois as variações positivas de estoques e contas a receber podem não se transformar em caixa na sua totalidade, não interessando, portanto, a dinâmica do circulante como um todo, mas do caixa. Isto sem falar nas Despesas Antecipadas, que integram o circulante, cujo caixa já aconteceu no passado. Mostrar a sua variação como indicador de solvência e liquidez mais confunde que explica. Conforme comentado, indicadores de liquidez baseados no caixa são mais eficazes para prever falência de empresas, que os mesmos indicadores tomados em relação ao capital circulante.

Mas a DFC deve ser analisada no contexto das demais demonstrações. Há uma tendência de os usuários da DFC acreditarem que grandes volumes líquidos positivos de caixa das operações são bons, e que pequenos volumes, positivos ou negativos, ou grandes volumes negativos são *ruins*. *Empresas em expansão necessitam de investimentos crescentes em capital* (Wallace; Choudhury e Pendlebury, 1997, p. 11), e assim as suas DFC's, apresentando baixo caixa operacional, podem induzir a erros de análise se consideradas de forma isolada. Como assinalou Most "uma empresa em crescimento, que precisa investir em contas a receber, pode ter permanente saldo líquido negativo de caixa operacional, enquanto que uma outra empresa, às margens da falência e liquidando ativos, pode apresentar saldos positivos de caixa operacional"(Most, 1992, p. 211).

CONCLUSÕES

A expansão dos negócios costuma requerer investimentos crescentes em estoques e contas a receber. Por conseguinte, a DFC deve ser analisada em conjunto com a Demonstração das Origens e cursos ampliada (DOAR e DMICCL), pois, no aspecto operacional, estes dois relatórios se complementam. Entende-se, portanto, que a manutenção das duas demonstrações têm um efeito sinérgico, isto é, cada um passa a ter uma importância maior do que teria se analisado individualmente.

RESUMO

Neste ensaio foram analisadas as causas que explicam a progressiva substituição da DOAR pela DFC no mundo. A contextualização mostrou que o Brasil, ao adotar efetivamente a DOAR no final da década de 70 cometeu um erro de avaliação, pois nessa época já estava em pleno andamento, sustentado em pesquisas científicas empíricas, um processo de extinção da DOAR no mundo. Contudo, demonstrou-se que a DOAR deve ser vista como um instrumento de análise gerencial e é bastante relevante para ajudar, juntamente com as

demais demonstrações, a previsão do caixa futuro que a empresa é capaz de gerar. Fundamentalmente, é o que interessa aos que “gravitam” em torno de uma empresa de negócios (gestores, credores, investidores e outros usuários). O seu uso, como indicador de solvência e liquidez, é equivocado, pois é grande a probabilidade de não haver uma conversão total das variações do circulante em caixa. Neste sentido, a DOAR e a DFC se complementam, e têm a sua importância potencializada quando utilizadas conjuntamente. Por isso, no momento em que o Brasil discute a implantação da DFC em substituição à DOAR, é oportuno que se aprofunde estudos, ponderando sobretudo o equilíbrio custo x benefício, que rejeitem ou justifiquem a utilização conjunta dos dois relatórios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACCOUNTING RESEARCH BULLETIN – ARB 43. Restatement and Revision of Accounting Research Bulletins. New York: American Institute of Certified Public Accountants, 1961.

ACCOUNTING RESEARCH BULLETIN - ARB 30. New York: American Institute of Certified Public Accountants, 1947.

ARNOLD, A J.; et al.. The relationship between earnings, funds flows and cash flows. Evidence from the United Kingdom. In: *Accounting and Business Research*, winter, 1991.

BEAVER, William H.. Alternative accounting measures as predictors of failure. *The Accounting Review*, jan, 1968.

CHARITOU, A. e KETZ, E.. *An empirical investigation of cash flow measures*. Abacus, mar, 1991.

FASB - *Financial Accounting Standard Board*. New York: John Wiley & Sons, 1995.

FESS, Philip E.. The working capital concept. *The Accounting Review*, abr, 1966.

FIPECAFI. *Normas e práticas contábeis no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

_____ *Manual de contabilidade das sociedades por ações*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

GLAUTIER, M. W. E. e UNDERDOWN, B.. *Accounting theory and practice*. 5. ed. Great Britain: Pitman Publishing, 1994.

HEATH, Loyd C.. Is working capital really working? In: *Journal of Accountancy*. Ago, 1980.

HENDRIKSEN, E. S. e VAN BREDA, M. F. *Accounting theory* 5. ed. Homewood, Illinois: Irwin, 1992.

HERRICK, Anson. *Current assets and current liabilities*. In: *Journal of Accountancy*, 68, jan, 1944.

IASC. *international Accounting Standards Committee*. London: Burgess Science Press, 1994.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. *Teoria da Contabilidade*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

MARTINS, Eliseu e ASSAF NETO, Alexandre. *Administração financeira: as finanças das empresas sob condições inflacionárias*. São Paulo: Atlas, 1985.

MARTINS, Eliseu. Entendendo a ligação entre o resultado, a DOAR e o fluxo de caixa. In: *IOB – Informações Objetivas - Boletim: Temática Contábil e Balanços*, n.30, 2. sem/1989.

_____ Contabilidade versus fluxo de caixa. *Caderno de Estudos*, São Paulo: FIPECAFI, n. 2, abril / 1990.

McCULLERS, Levis D. e SCHROEDER, Richard G.. *Accounting theory: text and readings*. 2 ed. New York: John Wiley & Sons, 1982.

MOST, K.S.. FAS 95: The great mystery. In: *Accounting Enquires*, 1 (2), 1992

PAION, W.A.. *Advanced accounting*. New York: D-Macmillan Company, 1941

SANTOS, Ariovaldo dos. DOAR versus fluxo de caixa. In: IOB - *Informações Objetivas - Boletim: Informativo Dinâmico*, n.82, ano XV, 1991.

WALLACE, R. S. O, CHOUDHURY, M. S. I. e PENDLEBURY, Maurice. Cash flow statements: an international comparison of regulatory positions. *The International Journal of Accounting*, Vol. 32,1997.

ZEFF, Stephen A e KELLER, Thomas F. *Financial accounting theory: issues and controversies*. 2. ed. New York: McGraw-Hill Book Company, 1973.